



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL – 088/2012

Unidade Judiciária: 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

Data da instalação da Unidade Judiciária: 19.09.1986

Município jurisdicionado: Porto Alegre

Data da última inspeção correcional: 03.11.2011

**Data da presente inspeção: 17.10.2012**

### Introdução

No dia 17 de outubro de 2012, a Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **CLEUSA REGINA HALFEN**, compareceu à sede da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, em correição ordinária anual, nos termos legais e regimentais, acompanhada da Assessora Jurídica da Corregedoria, Bruna Calsing, sendo recebidas pelo Juiz do Trabalho Titular Horismar Carvalho Dias, pela Juíza Substituta Lígia Maria Fialho Belmonte, pelo Diretor de Secretaria Luiz Eduardo de Freitas e pelos servidores Áurea Primitiva Moraes Gianichini, Carmem Regina Machado Scherer, Erion Prando da Silva, José Carlos Bonifácio Benites, Klaus Santos Becker, Liziane Ritter, Mara Elissandra dos Santos Dutra, Maria Beatriz Garcia Pinto, Marilda Cruz Nonnemacher, Regina Beatriz Moura Soares, Rossana da Silva Barboza da Cunha e Rodrigo Sbaraini Ortiz Alves. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes, os servidores e a estagiária da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e dos demais interessados para tratarem de questões referentes a essa Comarca, não tendo comparecido ninguém para esse fim.

Sinala-se que a Unidade Judiciária destacou-se positivamente na redução do número de processos pendentes na fase de liquidação e execução, no número de execuções encerradas nos anos de 2010 e 2011 em face do número de execuções iniciadas e no reduzido prazo médio de tramitação do processo na fase de execução verificado nos últimos três anos. Destaca-se, também, em relação ao Juiz Titular, Horismar Carvalho Dias, a boa média de sentenças proferidas e o baixo resíduo de processos para sentença. No entanto, com base nos dados levantados e nos processos relacionados, o desempenho da Unidade Judiciária deixou a desejar em alguns aspectos no período avaliado, sendo registradas algumas observações e recomendações neste documento.

## 1. Corpo Funcional

### 1.1. Juízes do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Nos termos da Portaria nº 01/2012, da Corregedoria Regional deste TRT, a 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 16ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.

O Titular da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, entre 21.12.2006 e 27.05.2012, foi o Juiz **Francisco Rossal de Araújo**, que tomou posse como Desembargador deste Regional em 28.05.2012.

A Juíza Substituta **Maristela Bertei Zanetti** esteve lotada na 16ª Vara do Trabalho desde 09.03.2011, quando foi instituído o regime de lotação, até 09.09.2012, tendo sido promovida a Juíza Titular da Vara do Trabalho de Cruz Alta em 10.09.2012.

O atual Titular da Unidade inspecionada é o Juiz **Horismar Carvalho Dias** desde 20.06.2012.

A Juíza Substituta **Lígia Maria Fialho Belmonte** está lotada na Unidade desde 02.10.2012.

Os Juízes Substitutos **Paulo José Oliveira de Nadai, Luciana Kruse, Raquel Nenê Santos, Carolina Hostyn Gralha Beck, Julieta Pinheiro Neta, Rafael da Silva Marques, Almiro Eduardo de Almeida, Luisa Rumi Steinbruch e Fabíola Schivitz Dornelles Machado** também atuaram na Unidade Judiciária durante o período avaliado, de 01.01.2011 a 11.09.2011, consoante o quadro abaixo.



Juiz do Trabalho	Atividade/Situação	Afastamento/dias
Francisco Rossal de Araújo	Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária de 21.12.2006 a 27.05.2012.  Tomou posse no cargo de Desembargador deste Tribunal em 28.05.2012.	<b>07 a 22.01.2011</b> (16 dias) – Férias;  <b>24.01.2011</b> (1 dia) – Férias;  <b>07.02 a 19.06.2011</b> (133 dias) – Convocado para atuar no TRT (Juiz Auxiliar da Presidência);  <b>20 a 26.06.2011</b> (7 dias) – Férias;  <b>27.06 a 24.07.2011</b> (28 dias) – Convocado para atuar no TRT (Juiz Auxiliar da Presidência);  <b>25.07 a 16.08.2011</b> (23 dias) – Férias;  <b>15.09.2011 a 08.12.2011</b> (85 dias) – Convocado para atuar no TRT (Juiz Auxiliar da Presidência);  <b>09.12.2011 a 08.01.2012</b> (31 dias) – Convocado para atuar no TRT;  <b>09.01 a 06.02.2012</b> (29 dias) – Férias;  <b>08.02 a 30.04.2012</b> (83 dias) – Convocado para atuar no TRT;  <b>01 a 05.05.2012</b> (05 dias) – Curso;  <b>06 a 27.05.2012</b> (22 dias) – Convocado para atuar no TRT.
Maristela Bertei Zanetti	<b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 07 a 22.01.2011, em virtude de férias do Juiz Titular;  <b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no dia 24.01.2011, em virtude de férias do Juiz Titular;  <b>Atuou</b> na Unidade Judiciária, como Juíza Auxiliar, no período de 25.01 a 06.02.2011.	



Paulo José Oliveira de Nadai	<b>Atuou</b> , no período de 07.02 a 08.03.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT como Juiz Auxiliar da Presidência.	
Maristela Bertei Zanetti	<b>Juíza Substituta lotada na Unidade de 09.03.2011 a 09.09.2012;</b> <b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 09.03 a 19.06.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT como Juiz Auxiliar da Presidência; <b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 20 a 26.06.2011, em virtude de férias do Juiz Titular; <b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 27.06 a 18.07.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT como Juiz Auxiliar da Presidência.	<b>07.02 a 08.03.2011</b> (30 dias) – Férias. <b>19 e 20.07.2011</b> (2 dias) – LTS; <b>15.08 a 13.09.2011</b> (30 dias) – Férias; <b>14 a 16.09.2011</b> (3 dias) – LTS; <b>06 a 08.02.2011</b> (3 dias) – LTS em pessoa da família; <b>09 a 22.02.2012</b> (14 dias) – LTS; <b>12.03 a 08.04.2012</b> (28 dias) – Férias; <b>28.05 a 06.06.2012</b> (10 dias) – LTS; <b>07 a 14.06.2012</b> (7 dias) – Licença-onojo; <b>15 a 21.06.2012</b> (7 dias) – LTS; <b>03.09 a 11.09.2012</b> (9 dias) - Férias <b>16.09 a 04.10.2012</b> (19 dias) – Férias
Luciana Kruse	<b>Atuou</b> , no período de 09.03 a 13.07.2011, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária.	



Maristela Bertei Zanetti	<p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 21 a 24.07.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT como Juiz Auxiliar da Presidência;</p> <p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 25.7 a 14.08.2011, em virtude de férias do Juiz Titular.</p>	
Luciana Kruse	<p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, nos dias 15 e 16.08.2011, em virtude de férias do Juiz Titular;</p> <p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 17.08 a 13.09.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT como Juiz Auxiliar da Presidência.</p>	
Maristela Bertei Zanetti	<p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 17.09 a 08.12.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT como Juiz Auxiliar da Presidência;</p> <p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 09 a 19.12.2011, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT.</p>	
Luciana Kruse	<p><b>Atuou</b>, no período de 19.09 a 19.12.2011, em virtude da Juíza Substituta lotada (Dra. Maristela Bertei Zanetti) encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária.</p>	
Maristela Bertei Zanetti	<p><b>Respondeu</b> pela Unidade Judiciária, no período de 20.12.2011 a 08.01.2012 (recesso), em virtude da convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;</p> <p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 09.01 a 05.02.2012, em virtude de férias do Juiz Titular.</p>	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Jefferson Luiz Gaya de Góes	<b>Atuou</b> , na Unidade Judiciária, como Juiz Auxiliar, nos dias 25.01 e 07.02.2012.	
Raquel Nenê Santos	<b>Atuou</b> , na Unidade Judiciária, como Juíza Auxiliar, no dia 26.01.2012.	
Carolina Hostyn Gralha Beck	<b>Atuou</b> , na Unidade Judiciária, como Juíza Auxiliar, no dia 01.02.2012;	
Luciana Kruse	<b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , nos dias 06 e 07.02.2012, em virtude de férias do Juiz Titular; <b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 08 a 22.02.2012, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT;	
Rafael da Silva Marques	<b>Atuou</b> , na Unidade Judiciária, como Juiz Auxiliar, nos dias 13 e 15.02.2012.	
Maristela Bertei Zanetti	<b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 23.02 a 11.03.2012, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT.	
Luciana Kruse	<b>Atuou</b> , no período de 23.02 a 11.03.2012, em virtude de a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária; <b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 12.03 a 08.04.2012, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT.	
Maristela Bertei Zanetti	<b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 09.04 a 27.05.2012, em virtude de convocação do Juiz Titular para atuar no TRT.	



Luciana Kruse	<p><b>Atuou</b>, no período de 09.04 a 27.05.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária;</p> <p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, no período de 28.05 a 19.06.2012, em virtude da Vacância da titularidade da Vara do Trabalho.</p>	
Almiro Eduardo de Almeida	<p><b>Atuou</b>, no período de 12 a 14.06.2012, em virtude de a Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença-nojo.</p>	
Luisa Rumi Steinbruch	<p><b>Atuou</b>, nos dias 18 e 19.06.2012, em virtude da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença para tratamento da saúde.</p>	
Horismar Carvalho Dias	<p><b>Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária desde 20.06.2012.</b></p> <p><b>Atuou</b>, no período de 20.06 a 01.07.2012, na VT de Guaíba.</p>	<p><b>16.08 a 11.09.2012</b> (27 dias) – Férias;</p>
Carolina Hostyn Gralha Beck	<p><b>Atuou</b>, no dia 20.06.2012, em virtude de a Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença para tratamento da saúde.</p>	
Luciana Kruse	<p><b>Exerceu a titularidade da Vara</b>, nos dias 20 e 21.06.2012, em virtude do Titular (Dr. Horismar Carvalho Dias) estar designado para atuar na VT de Guaíba.</p>	
Fabiola Schivitz Dornelles Machado	<p><b>Atuou</b>, no dia 21.06.2012, em virtude de a Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença para tratamento da saúde.</p>	



Maristela Bertei Zanetti	<b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 22.06 a 01.07.2012, em virtude de o Juiz Titular estar designado para atuar na VT de Guaíba.	
Luciana Kruse	<b>Atuou</b> , no período de 22.06 a 01.07.2012, em virtude de a Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária.	
Maristela Bertei Zanetti	<b>Exerceu a titularidade da Vara</b> , no período de 16.08 a 02.09.2012, em virtude de férias do Juiz Titular. <b>Respondeu pela Vara</b> , no período de 03.09 a 09.09.2012, em virtude de férias do Juiz Titular, ocasião em que não houve pauta na Unidade Judiciária	
Lígia Maria Fialho Belmonte	<b>Juíza Substituta lotada na Unidade desde 02.10.2012</b>	

\* LTS = licença para tratamento de saúde

Verifica-se nos dados supraexpostos que o Juiz **Francisco Rossal de Araújo**, Titular da Unidade Judiciária até 28.05.2012, se afastou da Unidade Judiciária por 463 dias, dos quais 76 decorreram de férias, 5 de curso e 382 de convocação para atuar no TRT .

A Juíza **Maristela Bertei Zanetti**, Substituta lotada na Unidade até 09.09.2012, afastou-se por 162 dias. Desse período, 116 dias decorreram do gozo de férias, 36 dias de licença para tratamento de saúde, 3 dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família e 7 dias de licença-nojo.

O Juiz **Horismar Carvalho Dias** afastou-se da Unidade Judiciária por 27 dias, em razão do gozo de férias.

A Juíza **Lígia Maria Fialho Belmonte** não se afastou da Unidade Judiciária.

### 1.1.1. Assiduidade dos Juízes

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, constatou-se que os Juízes **Francisco Rossal de Araújo**, **Horismar Carvalho Dias**, **Maristela Bertei Zanetti** e **Lígia Maria Fialho Belmonte** sempre compareceram com



assiduidade à Unidade Judiciária, à exceção dos períodos de afastamento descritos no item anterior.

## 1.2. Servidores

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 11.09.2012, verificou-se que a Unidade Judiciária tem lotação de 14 servidores na Secretaria, relacionados no próximo quadro. Esse número é elevado para a média de sua movimentação processual nos últimos 3 anos, conforme o Anexo III da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011 do CSJT, a qual define como sendo de 11 a 12 o número adequado de servidores para Varas do Trabalho com movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos ao ano.

Servidor	Cargo	Função	Lotação
Luiz Eduardo de Freitas	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	02.07.2010
Erion Prando da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	12.12.2011
Rodrigo de Mattos Takayassu	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC04)	23.07.2012
Liziane Ritter	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	23.04.2002 (10 anos, 5 meses e 16 dias na Unidade Judiciária)
Maria Beatriz Garcia Pinto	Analista Judiciário - Área Judiciária	Secretário de Audiência (FC03)	16.05.2012
Áurea Primitiva Moraes Gianichini	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	24.11.1993 (18 anos, 10 meses e 16 dias na Unidade Judiciária)
Klaus Santos Becker	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	13.05.1996 (16 anos, 4 meses e 27 dias na Unidade Judiciária)
Regina Beatriz Moura Soares	Auxiliar Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Apoio Serviços Diversos	Executante (FC01)	17.09.2007



Carmem Regina Machado Scherer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.10.1993 (18 anos, 11 meses e 24 dias na Unidade Judiciária)
Marilda Cruz Nonnemacher	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	23.06.2010
Jorge Utan Feijó Cotta	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.01.2012
Mara Elissandra dos Santos Dutra	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.05.2012
José Carlos Bonifácio Benites	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.08.2012
Rossana da Silva Barboza da Cunha	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	22.08.2012

Observa-se, consoante o detalhamento no quadro acima, que, dos 14 servidores lotados na Vara do Trabalho inspecionada, 4 têm muitos anos de experiência nas rotinas da Secretaria, em razão de lá permanecerem por tempo superior a 10 anos, ao passo que metade dos servidores tem entre 1 e 9 meses de exercício na Vara inspecionada.

### 1.2.1. Alterações no Corpo Funcional da Unidade Judiciária

No período de 01.01.2011 até 24.09.2012, a Unidade Judiciária teve alteração no corpo funcional em relação a 8 servidores, como se vê do quadro a seguir.

Servidor	Lotação	Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
Tiago Amaral de Castro	07.01.2010	<b>06.02.2011</b>	1 ano	Lotação na Secretaria de Recursos Humanos
	21.02.2011	<b>17.04.2011</b>	1 mês e 28 dias	Remoção para o TRT da 2ª Região



Rejane Carvalho Donis	23.11.2010	<b>08.12.2011</b>	1 ano e 16 dias	Lotação no Gab. Juiz Convocado Francisco Rossal de Araújo – Assessor de Desembargador (CJ03)
Filippe Sbardelotto Alexis	07.02.2011	<b>08.12.2011</b>	10 meses e 2 dias	Lotação no Gab. Juiz Convocado Francisco Rossal de Araújo – Chefe de Gabinete de Desembargador (CJ02)
Danilo Cassales de Barros	09.09.2008	<b>08.01.2012</b>	3 anos e 3 meses	Aposentadoria
Márcia Gluchuk Pires	25.01.2010	<b>20.03.2012</b>	2 anos, 1 mês e 25 dias	Lotação na Seção de Afastamento e Tempo de Serviço
Carlos Alberto Bastos	12.08.2010	<b>21.03.2012</b>	1 ano, 7 meses e 10 dias	Lotação na Seção Especializada em Execução – Auxiliar Especializado (FC01)
Diogo da Silva Corrêa	12.03.2012	<b>31.05.2012</b>	2 meses e 20 dias	Lotação na 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Executante (FC01)
Maura Angelina Rodrigues Leal	19.11.2008	<b>15.07.2012</b>	3 meses, 7 dias e 27 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Rio Grande

Dos 8 servidores que deixaram de integrar a Unidade Judiciária no lapso entre 01.01.2011 e 24.09.2012, 2 ainda estavam em período de adaptação às rotinas de Secretaria. O servidor Filippe Sbardelotto Alexis não



completou um ano, e 4 servidores lá permaneceram aproximadamente entre 1 e 2 anos. O servidor Danilo Cassales de Barros, por sua vez, esteve lotado na Vara por mais de 3 anos, tendo saído em virtude de aposentadoria. Portanto, considera-se elevada movimentação no corpo funcional da Unidade Judiciária nos últimos 21 meses.

### 1.2.2. Afastamentos dos Servidores

No período de 01.01.2011 até 11.09.2012, os afastamentos dos servidores da Unidade Judiciária totalizaram 628 dias, conforme o detalhamento apresentado no quadro seguinte.

Servidor	Motivo	Período	
Áurea Primitiva Moraes Gianichini	Acidente de Serviço ou Doença Profissional	de 03.10.2011 a 08.11.2011	37 dias
		de 09.11.2011 a 23.11.2011	15 dias
		de 24.11.2011 a 08.12.2011	15 dias
		de 09.12.2011 a 19.12.2011	11 dias
		de 20.12.2011 a 31.01.2012	43 dias
		de 01.02.2012 a 15.03.2012	44 dias
		<b>Total:</b>	<b>165 dias</b>
Carmem Regina Machado Scherer	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 01.07.2011	1 dia
		em 18.01.2012	1 dia
		de 21.05.2012 a 22.05.2012	2 dias
		<b>Total:</b>	<b>4 dias</b>
Erion Prando da Silva	Curso ou Evento	em 09.05.2012	<b>1 dia</b>
	Dispensa do Ponto	em 13.04.2011	<b>1 dia</b>
	Prazo para Deslocamento	de 07.01.2011 a 16.01.2011	<b>10 dias</b>
Jorge Utan Feijó Cotta	Curso ou Evento	em 27.05.2011	<b>1 dia</b>
	Dispensa Médica	em 27.04.2012	<b>1 dia</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	De 17.03.2011 a 30.03.2011	14 dias
		de 31.03.2011 a 30.04.2011	31 dias
		de 11.07.2011 a 12.07.2011	2 dias
de 22.09.2011 a 23.09.2011		2 dias	
de 24.09.2011 a 03.10.2011		10 dias	
em 19.12.2011	1 dia		
em 30.04.2012	1 dia		
em 10.05.2012	1 dia		
de 23.05.2012 a 24.06.2012	33 dias		
de 25.06.2012 a 25.07.2012	31 dias		
		<b>Total:</b>	<b>126 dias</b>



José Carlos Bonifácio Benites	Afastamento Integral do Servidor por Convocação	em 30.08.2012	<b>1 dia</b>
Klaus Santos Becker	-	-	-
Liziane Ritter	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 16.08.2012 a 17.08.2012	<b>2 dias</b>
Luiz Eduardo de Freitas	Curso ou Evento	em 20.05.2011 de 08.09.2011 a 09.09.2011 <b>Total:</b>	1 dia 2 dias <b>3 dias</b>
Mara Elissandra dos Santos Dutra	Dispensa Médica	em 16.03.2011 em 29.07.2011 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia <b>2 dias</b>
	Doença em Pessoa da Família	de 04.10.2011 a 07.10.2011	<b>4 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 13.12.2011 a 14.12.2011 em 14.03.2012 em 18.04.2012 de 25.04.2012 a 04.05.2012 em 29.05.2012 de 16.06.2012 a 30.06.2012 de 01.07.2012 a 11.07.2012 em 30.08.2012 <b>Total:</b>	2 dias 1 dia 1 dia 10 dias 1 dia 15 dias 11 dias 1 dia <b>42 dias</b>
Maria Beatriz Garcia Pinto	Curso ou Evento	em 28.01.2011 em 19.03.2012 <b>Total:</b>	1 dia 1 dia <b>2 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	Em 10.04.2012 de 11.04.2012 a 13.04.2012 de 14.04.2012 a 16.04.2012 de 17.04.2012 a 15.05.2012 <b>Total:</b>	1 dia 3 dias 3 dias 29 dias <b>36 dias</b>
Marilda Cruz Nonnemacher	Afastamento Integral do Servidor por Convocação	em 22.03.2012	<b>1 dia</b>
	Curso ou Evento	em 28.04.2011	<b>1 dia</b>
	Dispensa Médica	em 09.05.2012	<b>1 dia</b>



	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 10.05.2012 a 11.05.2012 em 20.06.2012 em 31.08.2012 de 01.09.2012 a 06.09.2012 <b>Total:</b>	2 dias 1 dia 1 dia 6 dias <b>10 dias</b>
Regina Beatriz Moura Soares	-	-	-
Rodrigo de Mattos Takayassu	-	-	-
Rossana da Silva Barboza da Cunha	Licença-gestante	de 18.08.2011 a 13.02.2012	<b>180 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 22.04.2011 a 25.04.2011 de 23.05.2011 a 27.05.2011 em 16.06.2011 em 30.06.2011 de 22.07.2011 a 25.07.2011 de 01.08.2011 a 15.08.2011 de 16.08.2011 a 17.08.2011 de 18.04.2012 a 19.04.2012 <b>Total:</b>	4 dias 5 dias 1 dia 1 dia 4 dias 15 dias 2 dias 2 dias <b>34 dias</b>

Dos 628 dias de afastamento dos servidores, 254 dias decorreram de licença para tratamento de saúde (LTS), 4 dias de doença em pessoa da família, 8 dias de participação em curso ou evento de capacitação funcional, 2 dias de convocação de servidor, 165 dias de acidente de serviço ou doença profissional, 4 dias de dispensa médica, 1 dia de dispensa do ponto, 10 dias de prazo para deslocamento e 180 dias de licença-gestante.

Verifica-se, assim, que, no período avaliado, os servidores da Unidade Judiciária se afastaram em virtude de LTS por 254 dias, dos quais 126 foram concedidos a um único servidor, Jorge Utan Feijó Cotta. Outros 3 servidores da Unidade tiveram períodos superiores a 30 dias cada. O supracitado total de 254 dias é considerado elevado

**Diante do expressivo número de licenças para tratamento de saúde, informe-se esse dado à Presidência deste Tribunal para os fins do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) na Unidade Judiciária.**

### 1.2.3. Greve dos Servidores

Registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária, suspendendo ou interrompendo prazos, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal nos anos de 2011 e 2012.



### 1.3. Estagiários

A Unidade Judiciária conta com a estagiária de Direito Luísa Domingues de Salles desde 03.09.2012.

### 1.4. Capacitação dos Magistrados e dos Servidores

A Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 propõe *capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica*. Igualmente, o Plano Estratégico Institucional deste TRT relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Gestão de Pessoas” (Objetivo Estratégico 1), impõe metas a serem observadas, quais sejam: *Envolver, comprometer e qualificar magistrados e servidores para o atingimento dos objetivos estratégicos. Foco: Implantar a gestão por competências alinhada à estratégia, priorizando a atividade-fim. Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores e garantir que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando a gestão por competências*.

Um dos indicadores desse objetivo estratégico é o percentual de magistrados e servidores capacitados de cada Unidade Judiciária, a ser alcançado conforme o quadro seguinte.

Percentual de Magistrados Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	85%	85%	85%	85%	85%	85%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	-	100%	-	-	-	-

Percentual de Servidores Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	-	42,86%	-	-	-	-

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 24.09.2012, constatou-se que o Juiz Titular da Unidade



Judiciária até 28.05.2012, **Francisco Rossal de Araújo**, frequentou eventos de capacitação funcional que totalizaram 36,4 horas. O atual Juiz Titular, **Horismar Carvalho Dias**, tem 36 horas de participação em cursos. A Juíza Substituta lotada na Unidade Judiciária até 09.09.2012, **Maristela Bertei Zanetti**, contabiliza 8 horas de capacitação funcional. A Juíza Substituta lotada desde 02.10.2012, **Lígia Maria Fialho Belmonte**, frequentou eventos de capacitação funcional que totalizaram 128,6 horas. Entretanto, somente o Magistrado **Francisco Rossal de Araújo** participou de curso sobre processo eletrônico. Detalhamento no quadro que segue.

Magistrado	Capacitação	Capacitação em Processo Eletrônico
Francisco Rossal de Araújo	36,4 horas	3 horas
Horismar Carvalho Dias	36 horas	-
Maristela Bertei Zanetti	8 horas	-
Lígia Maria Fialho Belmonte	128,6 horas	-

Em relação aos servidores que trabalham nessa Unidade Judiciária, observa-se que somente o Diretor de Secretaria, Luiz Eduardo de Freitas, participou de curso sobre a implantação do processo eletrônico. Destaca-se, entretanto, que, no ano de 2011, houve cursos de capacitação nessa área somente aos gestores.

Ao final, conforme o demonstrativo seguinte, sinala-se, por relevante, que 1 servidor conta com 220 horas de capacitação, ao passo que 3 servidores contabilizam 51 horas ou mais. Registra-se, ainda, que quase metade dos servidores da Unidade Judiciária não participou de nenhum curso ou evento de capacitação.

Servidor	Capacitação	Capacitação em Processo Eletrônico
Áurea Primitiva Moraes Gianichini	-	-
Carmem Regina Machado Scherer	-	-
Erion Prando da Silva	51,4 horas	-
Jorge Utan Feijó Cotta	8 horas	-
José Carlos Bonifácio Benites	220 horas	-
Klaus Santos Becker	4 horas	-



Liziane Ritter	-	-
<b>Luiz Eduardo de Freitas Gestor da Unidade Judiciária</b>	58,5 horas	8 horas
Mara Elissandra dos Santos Dutra	-	-
Maria Beatriz Garcia Pinto	65 horas	-
Marilda Cruz Nonnemacher	8 horas	-
Regina Beatriz Moura Soares	-	-
Rodrigo de Mattos Takayassu	2 horas	-
Rossana da Silva Barboza da Cunha	-	-

Dessa forma, recomenda-se ao Diretor de Secretaria a sua participação e a dos servidores sob sua gestão em cursos e eventos que contribuam para o exercício de suas atividades, orientando-os sobre a importância do aprimoramento da capacitação funcional.

## 2. Dados Estatísticos da Unidade Judiciária

### 2.1. Processos pendentes

Houve redução do número total de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária, levando-se em conta os dados dos meses de dezembro de 2010 (2.027 processos), dezembro de 2011 (1.902 processos) e agosto de 2012 (1.816 processos), com destaque para a diminuição do número de processos pendentes de liquidação e de execução, como dá conta o quadro abaixo.

Mês/Ano	Pendentes de Cognição	Pendentes Liquidação	Pendentes Execução	Total de Pendentes
dez/2010	922	322	783	2.027
jan/2011	921	305	825	2.051
fev/2011	944	316	759	2.019
mar/2011	962	289	781	2.032
abr/2011	970	263	761	1.994
mai/2011	972	239	751	1.962
jun/2011	944	236	741	1.921



jul/2011	935	237	728	1.900
ago/2011	1.016	237	698	1.951
set/2011	1.020	224	688	1.932
out/2011	1.001	269	667	1.937
nov/2011	978	256	675	1.909
<b>dez/2011</b>	<b>970</b>	<b>259</b>	<b>673</b>	<b>1.902</b>
jan/2012	1.012	273	655	1.940
fev/2012	1.006	265	620	1.891
mar/2011	1.017	230	641	1.888
abr/2011	1.035	268	611	1.914
mai/2011	1.048	228	641	1.917
jun/2011	1.039	242	607	1.888
jul/2012	1.022	222	626	1.870
<b>ago/2012</b>	<b>1.007</b>	<b>185</b>	<b>624</b>	<b>1.816</b>

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

## 2.2. – Processos em fase de conhecimento

### a) Processos ajuizados até 2007 pendentes de julgamento

A Meta 2 do CNJ para o ano 2010 é Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. Mediante consulta ao sistema informatizado - inFOR constatou-se haver 7 processos distribuídos no ano de 2007 pendentes de julgamento, consoante o quadro que segue.



Processo	Data do Ajuizamento	Situação
<b>0096200-49.2004.5.04.0016</b>	04.10.2004	Na audiência realizada em 13.04.2005, foi determinada a suspensão do processo até o julgamento de demanda nº 001/1.06.0022863-4. O processo permaneceu suspenso até 16.01.2012, quando foi designada audiência para o dia 26.07.2012. Na audiência, foi deferida a juntada de documentos pela reclamada e determinada a expedição de ofício ao INSS. A audiência foi adiada para 28.05.2013.
<b>0014100-03.2005.5.04.0016 (Ação de Consignação)</b>	18.02.2005	Na audiência realizada em 04.07.2005, foi determinada a suspensão do processo até decisão do INSS sobre a condição de sucessora de Maria Salete Florentino. Em 20.01.2009, foi determinado o arquivamento do processo, com registro de pendências. Em 02.07.2012, o processo foi desarquivado, havendo determinação para que Maria Salete Florentino comprove a sua condição de dependente junto ao INSS. Em 13.08.2012, foi proferido despacho determinando a expedição de ofício ao INSS, situação em que o processo permanecia em 18.09.2012, data em que verificados os andamentos da demanda no sistema informatizado.
<b>0071400-20.2005.5.04.0016</b>	21.07.2005	Na audiência realizada em 13.09.2006, foi determinada a suspensão do processo até o trânsito em julgado da demanda nº 00472-2005-016-04-00-9. O processo permaneceu suspenso até 16.12.2011, quando foi designada audiência para o dia 25.09.2012. Em 18.09.2012, data em que foram verificados os andamentos do processo no sistema informatizado, os autos aguardavam a realização da audiência.
<b>0105600-53.2005.5.04.0016</b>	30.09.2005	Em 14.11.2005, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até o trânsito em julgado dos processos n.º 00148.811/99-0 e nº 01098-2005-812-04-00-9. Em 27.06.2012, foi encerrada a suspensão do processo e designada audiência para o dia 05.02.2013. Em 18.09.2012, data em que foram verificados os andamentos do processo no sistema informatizado, os autos aguardavam a realização da audiência.



<b>0005400-67.2007.5.04.0016</b>	18.01.2007	Em 28.09.2007, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até a nomeação de inventariante nos autos do processo nº 001/1.07.0044984-5 da 8ª Vara de Família e Sucessões de Porto Alegre. Em 05.03.2008, foi proferido despacho encerrando a suspensão do processo. Na audiência realizada em 02.09.2008, foi determinada novamente a suspensão do processo até trânsito em julgado de decisão do processo de inventário. A demanda continuava suspensa em 18.09.2012, data em que foram consultados os andamentos processuais no sistema informatizado.
<b>0115500-89.2007.5.04.0016</b>	10.10.2007	Em 04.12.2007, os autos foram conclusos à Juíza Maristela Bertei Zanetti para prolação de sentença. Em 28.02.2008, o julgamento foi convertido em diligência, sendo determinada a realização de perícia atuarial. As discussões acerca do laudo estenderam-se até 23.08.2010. Os autos foram conclusos novamente para prolação de sentença em 24.08.2010. Em 21.09.2010, foi proferida sentença, em face da qual foram interpostos recursos pelo reclamante e pela reclamada. Os autos foram remetidos ao TRT4 em 11.07.2011, e retornaram à Unidade Judiciária em 24.11.2011 com decisão que anulou a sentença proferida. Em 06.12.2011, foi determinada a juntada de documentos e a complementação do laudo atuarial. Em 18.09.2012, data em que verificados os andamentos da demanda no sistema informatizado, restava pendente a análise das manifestações das partes sobre o laudo complementar e não havia designação de audiência.
<b>0130000-63.2007.5.04.0016</b>	21.11.2007	Em 31.03.2008, foi proferido despacho determinando a realização de perícia contábil. As discussões acerca do laudo estenderam-se até 29.05.2009. O Juiz Renato Barros Fagundes proferiu sentença em 16.06.2010, em face da qual foi interposto recurso pelo reclamante. Em 26.11.2010, os autos foram remetidos ao TRT4, tendo retornado à 16ª Vara, em 19.04.2011, com decisão que reformou a sentença e determinou novo julgamento. Em 06.05.2011, os autos foram novamente conclusos ao Juiz Renato Barros Fagundes para prolação de sentença, situação em que permaneciam até 18.09.2012, data em que foram consultados os andamentos processuais no sistema informatizado.



Em face das informações constantes do quadro acima, determina-se a prolação de sentença no processo nº 0130000-63.2007.5.04.0016, no prazo de 10 dias, devendo ser encaminhada cópia do presente relatório ao juiz Renato Barros Fagundes para ciência. Em relação ao processo nº 0096200-49.2004.5.04.0016, determina-se que, após o cumprimento das diligências determinadas na ata de audiência do dia 26.07.2012, seja antecipada a realização da audiência de prosseguimento, com posterior prolação de sentença, no prazo de 10 dias. Determina-se, também, a antecipação da audiência do processo nº 0105600-53.2005.5.04.0016, com posterior prolação de sentença, em igual prazo.

No que se refere ao processo nº 0071400-20.2005.5.04.0016, determina-se que seja realizada a audiência já aprazada, evitando-se o seu adiamento, com encerramento da instrução e prolação de sentença no prazo de 10 dias. O processo nº 0115500-89.2007.5.04.0016, por sua vez, deverá ter tramitação preferencial e, superadas as questões relativas ao laudo, a prolação de sentença, observado igual prazo.

Em relação aos processos nº 0005400-67.2007.5.04.0016 e nº 0014100-03.2005.5.04.0016, a determinação de suspensão do processo, porque amparada em uma das hipóteses definidas no inc. IV do art. 265 do CPC, deve respeitar o limite temporal estabelecido no § 5º do mesmo art. 265 do CPC. Assim, considerando ainda que os referidos processos se encontram suspensos há mais de 1 (um) ano, determina-se o seu imediato prosseguimento, independentemente da ocorrência do evento que até então vem justificando a suspensão dos feitos.

b) Processos ajuizados em 2008 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2012 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, (dos processos distribuídos) em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual. Levando-se em conta que, no ano de 2008, foram distribuídos 1.227 processos à 16ª Vara do Trabalho, a meta já foi alcançada.

Entretanto, mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, verifica-se a existência de 1 processo ajuizado em 2008 ainda pendente de julgamento, relacionado no quadro abaixo.



Processo	Data do Ajuizamento	Situação
0131800-92.2008.5.04.0016 (Ação cautelar)	25.11.2008	Na audiência realizada em 12.02.2009, foi determinada a suspensão do processo até o julgamento da demanda nº 01223-2006-030-04-00-8. Em 12.06.2012, foi encerrada a suspensão do processo e designada audiência para o dia 02.04.2013. Em 18.09.2012, data em que verificados os andamentos da demanda no sistema informatizado, os autos aguardavam a realização da audiência aprazada.

**Diante do exposto, determina-se a antecipação da audiência do processo, o encerramento da instrução e posterior prolação de sentença, no menor prazo possível.**

c) Reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas

A Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2011 determina que deve ser julgada *quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal*. Na 16ª Vara do Trabalho, o número total de ações solucionadas durante o ano de 2011 foi inferior ao número total de ações ajuizadas no mesmo lapso. Portanto, a meta não foi atingida, como se observa do quadro que segue.

Da mesma forma, os dados parciais do ano de 2012 demonstram que permanece elevado o número de ações ajuizadas em relação ao de ações solucionadas, de modo que, com as informações obtidas até a presente data, há a tendência de que não seja alcançada a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012, que é *Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012* em todo o Poder Judiciário.

Mês/Ano	Ajuizadas	Solucionadas	Desempenho%
<b>Total em 2010</b>	<b>1.236</b>	<b>1.104</b>	<b>89,32</b>
jan/2011	90	91	101,11
fev/2011	101	82	81,19
mar/2011	116	101	87,07
abr/2011	107	101	94,39
mai/2011	136	138	101,47
jun/2011	120	148	123,33



jul/2011	120	132	110
ago/2011	153	76	49,67
set/2011	114	113	99,12
out/2011	106	125	117,92
nov/2011	115	142	123,48
dez/2011	100	110	110
<b>Total em 2011</b>	<b>1.378</b>	<b>1.359</b>	<b>98,62</b>
jan/2012	94	53	56,38
fev/2012	96	106	110,42
mar/2012	141	134	95,04
abr/2012	123	106	86,18
mai/2012	138	131	94,93
jun/2012	127	139	109,45
jul/2012	133	154	115,79
ago/2012	145	161	111,03
<b>Total de 2012 (parcial)</b>	<b>997</b>	<b>984</b>	<b>98,7</b>

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

Diante disso, recomenda-se à Unidade Judiciária que controle mensalmente a quantidade de processos solucionados em relação ao número de ações ajuizadas, concentrando esforços em medidas que melhorem o desempenho da Unidade Judiciária, tais como pautas específicas para tentativa de conciliação.

#### d) Petições protocoladas

De acordo com a consulta feita ao sistema informatizado inFOR, a média de petições protocoladas **diariamente** na Unidade Judiciária no ano de 2011, considerando todas as fases processuais, foi de **93,16**, conforme se vê do quadro seguinte.

Mês	Total de Petições Protocoladas	Dias Úteis	Média/dia
jan/2011	1.469	17	86,41



fev/2011	1.770	19	93,16
mar/2011	1.718	21	81,81
abr/2011	1.855	18	103,06
mai/2011	2.086	22	94,82
jun/2011	1.915	21	91,19
jul/2011	2.016	21	96,00
ago/2011	2.115	22	96,14
set/2011	1.447	20	72,35
out/2011	1.777	19	93,53
nov/2011	1.952	19	102,74
dez/2011	1.400	12	116,67
<b>Total em 2011</b>	<b>21.520</b>	<b>231</b>	<b>93,16</b>
jan/2012	1.687	17	99,24
fev/2012	1.671	18	92,83
mar/2012	2.028	22	92,18
abr/2012	1.765	18	98,06
mai/2012	2.346	22	106,64
jun/2012	1.882	20	94,10
jul/2012	2.427	22	110,32
ago/2012	2.162	23	94,00
<b>Total em 2012</b>	<b>11.379</b>	<b>117</b>	<b>97,26</b>

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

#### e) Processos solucionados por conciliação

Nos termos do Plano Estratégico Institucional deste TRT, relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema "Eficiência Operacional" (Objetivo Estratégico 1), foi estabelecido o seguinte: *Aprimorar, simplificar e agilizar as rotinas de trabalho (administrativas e judiciais). Descrição: Buscar uma melhoria contínua nas rotinas de trabalho, contribuindo para a redução do tempo de tramitação e contribuindo com a razoável duração do processo.* Entre



os indicadores desse objetivo está o índice de conciliações na fase de conhecimento, cujas metas estabelecidas são as que seguem.

Índice de Acordos (conhecimento)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	43%	45%	48%	52%	58%	60%

Considerando as informações do quadro abaixo, verifica-se que, em 2010, 32,93% dos processos ajuizados foram solucionados por conciliação, ficando mais de 10 pontos abaixo do cumprimento da meta. Em 2011, esse índice teve um leve aumento para 34,54%, faltando mais de 10 pontos percentuais para o atingimento da meta. Segundo os dados de 2012, ainda que parciais, constata-se que a Unidade Judiciária vem apresentando melhora no índice de conciliações, mas ainda insuficiente para o alcance da meta do período.

Mês/Ano	Ajuizadas	Conciliados	Sentença	Arquivados	Outros	Total de Solucionados	Percentual de Acordos (%)
<b>Total em 2010</b>	<b>1.236</b>	<b>407</b>	<b>572</b>	<b>68</b>	<b>57</b>	<b>1.104</b>	<b>32,93</b>
jan/2011	90	19	55	5	12	91	21,11
fev/2011	101	30	39	9	4	82	29,7
mar/2011	116	43	49	8	1	101	37,07
abr/2011	107	32	49	8	12	101	29,91
mai/2011	136	67	55	5	11	138	49,26
jun/2011	120	54	81	9	4	148	45
jul/2011	120	34	85	6	7	132	28,33
ago/2011	153	36	32	3	5	76	23,53
set/2011	114	33	69	10	1	113	28,95
out/2011	106	42	65	13	5	125	39,62
nov/2011	115	45	79	12	6	142	39,13
dez/2011	100	41	59	6	4	110	41
<b>Total em 2011</b>	<b>1.378</b>	<b>476</b>	<b>717</b>	<b>94</b>	<b>72</b>	<b>1.359</b>	<b>34,54</b>
jan/2012	94	21	24	5	3	53	22,34



fev/2012	96	48	40	9	9	106	<b>50</b>
mar/2012	141	30	85	8	11	134	<b>21,28</b>
abr/2012	123	47	41	12	6	106	<b>38,21</b>
mai/2012	138	65	56	7	3	131	<b>47,1</b>
jun/2012	127	47	76	8	8	139	<b>37,01</b>
jul/2012	133	72	63	11	8	154	<b>54,14</b>
ago/2012	145	42	104	10	5	161	<b>28,97</b>
<b>Total em 2012</b>	<b>997</b>	<b>372</b>	<b>489</b>	<b>70</b>	<b>53</b>	<b>984</b>	<b>37,31</b>

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

**Em face disso, recomenda-se à Unidade Judiciária que controle mensalmente a quantidade de processos solucionados em relação ao número de ações ajuizadas, concentrando esforços em medidas que melhorem o desempenho da Unidade Judiciária, tais como pautas específicas para tentativa de conciliação.**

### 2.3. Audiências

#### a) Prazo médio para realização das audiências

Como se observa no próximo quadro, houve aumento no prazo médio para realização das audiências na Unidade Judiciária. No ano de 2010, o prazo para realização das audiências iniciais de rito ordinário foi de 51 dias. Já em 2011, essa média subiu para 63,83 dias. O prazo médio para realização da 1ª audiência de rito sumaríssimo, que foi de 35,17 dias em 2010, alcançou 37,67 dias em 2011.

Da mesma forma, o prazo para realização das audiências de prosseguimento registrou aumento. Em 2010, o prazo médio era de 289,58 dias. Em 2011, esse prazo foi ampliado para 337,5, período correspondente a 11 meses. Dessa forma, a Unidade Judiciária carece de aperfeiçoamento.

O quadro abaixo mostra, em número de dias, o tempo de espera pelas audiências inaugurais e de instrução na Unidade Judiciária inspecionada, sinalando-se que, pelos dados parciais do ano de 2012, verifica-se a tendência de novo aumento do prazo médio das audiências iniciais, tanto no procedimento ordinário quanto no sumaríssimo.



## PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Mês/Ano	Ordinário 1ª Audiência	Sumaríssimo 1ª Audiência	Ordinário Prosseguimento	Sumaríssimo Prosseguimento
<b>Geral em 2010</b>	<b>51</b>	<b>35,17</b>	<b>289,58</b>	<b>0</b>
jan/2011	66	63	294	0
fev/2011	61	32	494	0
mar/2011	66	34	331	0
abr/2011	59	32	327	0
mai/2011	54	31	294	0
jun/2011	49	30	294	0
jul/2011	55	30	262	0
ago/2011	69	33	362	0
set/2011	76	40	363	0
out/2011	79	45	342	0
nov/2011	75	45	350	0
dez/2011	57	37	337	0
<b>Geral em 2011</b>	<b>63,83</b>	<b>37,67</b>	<b>337,5</b>	<b>0</b>
jan/2012	86	75	298	0
fev/2012	83	82	313	0
mar/2012	80	62	343	0
abr/2012	72	78	306	0
mai/2012	66	59	289	0
jun/2012	55	50	407	0
jul/2012	50	40	258	0
ago/2012	46	42	258	0
<b>Geral em 2012</b>	<b>67,25</b>	<b>61</b>	<b>309</b>	<b>0</b>

\* Dados colhidos em 14.09.2012.



## b) Média mensal de processos em pauta e dias com audiências

Completando os dados do quadro anterior, elenca-se o número de dias, por mês, em que houve audiências e o número de processos pautados.

Mês/Ano	Dias com Audiência	Nº de Processos na Pauta
jan/2011	14	153
fev/2011	15	198
mar/2011	15	231
abr/2011	15	207
mai/2011	19	283
jun/2011	17	271
jul/2011	18	216
ago/2011	18	151
set/2011	17	195
out/2011	17	263
nov/2011	16	255
dez/2011	11	198
jan/2012	10	114
fev/2012	16	203
mar/2012	17	206
abr/2012	17	252
mai/2012	19	345
jun/2012	17	282
jul/2012	19	315
ago/2012	18	214

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

**Assim, recomenda-se que, nos processos de rito sumaríssimo, seja observado o prazo de 15 dias, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, para designação da audiência inicial. Nos processos de rito ordinário, o prazo razoável para a audiência inaugural é de**



aproximadamente 30 dias. O prazo médio para a audiência de prosseguimento também deve ser reduzido, considerando-se razoável 180 dias.

#### 2.4. Processos em fase de execução

Em 2010, o número de execuções encerradas definitivamente superou em 323 o número de execuções iniciadas, contribuindo para a redução de 31,73% do saldo de processos pendentes em execução em relação ao período anterior. Dessa forma, a Meta 3 do CNJ relativa àquele ano, *Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais*, foi plenamente atingida.

Em 2011, o número de execuções encerradas também superou ao de execuções iniciadas. Apesar disso, o número de execuções encerradas no período foi inferior ao alcançado em 2010.

Mês/Ano	Iniciados	Desarquivados e Outros	Encerradas	Arquivo Provisório e Outros	Processos Pendentes em Execução	Situação em Relação a Dez/2009 (%)
dez/2009	-	-	-	-	1.147	-
<b>Total em 2010</b>	<b>422</b>	<b>17</b>	<b>654</b>	<b>149</b>	<b>783</b>	<b>-31,73</b>
jan/2011	68	2	28	0	825	<b>-28,07</b>
fev/2011	16	3	70	15	759	<b>-33,83</b>
mar/2011	77	3	42	16	781	<b>-31,91</b>
abr/2011	54	2	59	17	761	<b>-33,65</b>
mai/2011	70	2	75	7	751	<b>-34,52</b>
jun/2011	36	5	46	5	741	<b>-35,4</b>
jul/2011	51	3	59	8	728	<b>-36,53</b>
ago/2011	52	3	57	28	698	<b>-39,15</b>
set/2011	35	1	30	16	688	<b>-40,02</b>
out/2011	24	11	40	16	667	<b>-41,85</b>
nov/2011	46	4	30	12	675	<b>-41,15</b>
dez/2011	26	1	26	3	673	<b>-41,33</b>
<b>Total em 2011</b>	<b>555</b>	<b>40</b>	<b>562</b>	<b>143</b>	<b>673</b>	<b>-41,33</b>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

jan/2012	12	1	22	9	655	-42,89
fev/2012	16	0	41	10	620	-45,95
mar/2012	62	2	31	12	641	-44,12
abr/2012	31	0	40	21	611	-46,73
mai/2012	98	4	54	18	641	-44,12
jun/2012	22	6	50	12	607	-47,08
jul/2012	68	3	36	16	626	-45,42
ago/2012	74	2	69	9	624	-45,6
<b>Total em 2012</b>	<b>383</b>	<b>18</b>	<b>343</b>	<b>107</b>	<b>624</b>	<b>-45,6</b>

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

Em relação ao ano de 2012, é importante que a Unidade Judiciária observe o que determina a Meta 17 do Conselho Nacional de Justiça, que é *Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011*, cujos números são os seguintes.

Execuções Encerradas em 2011	Meta para 2012
562 processos	619 processos

**Assim, recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, observando o número de processos apontado.**

Ainda quanto à fase de execução, também é importante a redução do tempo médio de tramitação dos processos. O Plano Estratégico Institucional deste TRT, no tema "Acesso à Justiça e Efetividade" (Objetivo Estratégico 1) manda *Promover o cumprimento das decisões judiciais. Descrição: Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.*

No que se refere ao indicador do tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução, observa-se no quadro abaixo que, em 2010 e 2011, a Unidade Judiciária alcançou a meta estabelecida no plano estratégico. Da mesma forma, os dados parciais obtidos até o mês de agosto de 2012 indicam a diminuição da média de dias em que os processos tramitaram na fase de execução, lapso que atinge plenamente o objetivo fixado por essa meta.



Tempo médio de tramitação na execução (dias)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.022	920	782	664	564	360
	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	886,57	881,72	387,94 (até agosto)	-	-	-
= Somatório dos dias transcorridos desde a data do trânsito em julgado até a data do arquivamento definitivo em todos os processos arquivados definitivamente, dividindo-se o valor alcançado pelo número de processos arquivados definitivamente.						

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

Diante disso, basta que a Unidade Judiciária mantenha o controle sobre o tempo de tramitação das execuções. Para tanto, indique a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG) e a consulta ao Banco de Boas Práticas disponibilizado na *Intranet*, a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

## 2.5. Valores arrecadados e movimentados, por rubrica

Mês/Ano	Custas e Emolumentos	Recolhimentos Previdenciários	Imposto de Renda	Pagamentos em Acordos	Pagamentos em Execução
Total em 2010	R\$ 546.617,39	R\$ 2.992.288,87	R\$ 4.621.975,21	-	-
Total em 2011	R\$ 1.517.961,87	R\$ 3.351.182,62	R\$ 2.143.368,00	R\$ 2.587.872,14	R\$ 25.309.551,73
Total em 2012	R\$ 503.605,99	R\$ 2.291.116,79	R\$ 995.010,69	R\$ 3.113.542,32	R\$ 18.428.634,84

\* Dados colhidos em 14.09.2012.

## 3. Exame dos Registros

Os serviços da Unidade Judiciária estão informatizados, tendo sido examinados os registros eletrônicos, nos termos do art. 51 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – CPR e encontradas as irregularidades a seguir elencadas.

### 3.1 Registros de Carga de Processos a Advogados

Analisados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 11.09.2012, relativamente ao período de 01.01.2011 a 10.08.2012,



constatou-se a existência de 2 processos em carga com advogados com registro de prazo excedido, conforme rol que segue.

- a) No processo nº 0000631-40.2012.5.04.0016, com prazo vencido em 01.08.2012, foi expedida notificação para devolução dos autos em 21.08.2012, não havendo quaisquer outras diligências posteriores.
- b) No processo nº 0001203-64.2010.5.04.0016, com prazo vencido em 06.08.2012, o autor requereu prorrogação de prazo, em 26.07.2012, o que foi deferido em 06.08.2012, não havendo quaisquer diligências desde então.

**Diante disso, determina-se a cobranças dos autos com prazo de devolução excedido, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.**

### 3.2. Registros de Carga de Processos a Peritos

Examinados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 11.09.2012, relativamente ao período de 01.01.2011 a 10.08.2012, foi constatado que apenas o processo nº 0001325-77.2010.5.04.0016, em carga com perito, está com o prazo vencido desde 08.08.2012, sem quaisquer diligências cobrando a devolução.

**Diante disso, determina-se a cobranças dos autos com prazo de devolução excedido, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.**

### 3.3. Registros de Carga de Mandados

Conforme os lançamentos do sistema informatizado – inFOR, no dia 11.09.2012, relativamente ao período de 01.01.2011 a 10.08.2012, verificou-se a existência de 5 mandados com registro de prazo de cumprimento excedido, de acordo com o rol que segue:

- a) No processo nº 0018900-16.2001.5.04.0016, carga OJ 016-00116/12, com prazo vencido em 09.04.2012, não foram tomadas quaisquer providências para solicitar o cumprimento e a devolução do mandado até a data da presente análise correccional. Em semelhante situação, encontram-se os processos cujos números são relacionados abaixo:

0023600-88.2008.5.04.0016 - carga OJ 016-00152/12 – prazo vencido em 24.04.2012  
0000140-33.2012.5.04.0016 - carga OJ 016-00591/12 – prazo vencido em 31.07.2012

- b) No processo nº 0000467-75.2012.5.04.0016, carga OJ 016-00506/12, com prazo vencido em 09.07.2012, foi solicitado o cumprimento do mandado à Central de Mandados em 28.06.2012 e 06.08.2012. Em semelhante



situação, encontra-se o processo 0084200-75.2008.5.04.0016, carga OJ 016-00657/12, com prazo vencido em 06.08.2012.

**Portanto, determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido, bem como a redução do tempo para tanto, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.**

### 3.4. Registros de Carga de Processos a Juízes

Pelos dados colhidos no Boletim de Produção Mensal de juízes, em 11.09.2012, observou-se haver em carga com os Magistrados 68 processos pendentes de decisão, distribuídos do seguinte modo:

- a) Juiz **Almiro Eduardo de Almeida** - 6 processos de cognição de rito ordinário;
- b) Juiz **Renato Barros Fagundes** – 1 processo de cognição de rito ordinário;
- c) Juíza **Carolina Hostyn Gralha Beck** - 1 processo de cognição de rito ordinário, 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- d) Juiz **Horismar Carvalho Dias** - 1 processo de cognição de rito ordinário;
- e) Juiz **Jefferson Luiz Gaya de Góes** – 2 processos pendentes de julgamento de embargos de declaração;
- f) Juíza **Julieta Pinheiro Neta** - 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- g) Juíza **Luciana Kruse** – 20 processos de cognição de rito ordinário, 2 processos de execução de rito ordinário, 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- h) Juíza **Maristela Bertei Zanetti** – 26 processos de cognição de rito ordinário, 1 processo de cognição de rito sumaríssimo, 1 processo de execução de rito ordinário;
- i) Juiz **Rafael da Silva Marques** - 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- j) Juíza **Luísa Rumi Steinbruch** – 2 processos de cognição de rito ordinário;
- k) Juiz **Valtair Noschang** - 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração.

#### OBSERVAÇÃO.

- O Juiz Titular **Horismar Carvalho Dias** usualmente designa data para publicação das sentenças no encerramento da instrução. A Juíza Substituta **Lígia Maria Fialho Belmonte** também marca data para publicação das sentenças.



#### 4. Análise de Processos

Os processos examinados foram selecionados a partir de 2 listagens distintas. A primeira lista foi extraída do sistema informatizado – inFOR, em 11.09.2012, e diz respeito a processos sem movimentação. Essa listagem totalizou 534 processos, dos quais foram selecionados, por amostragem, os que não receberam movimentação até 10.08.2012, ou seja, 30 dias antes da data em que a listagem foi extraída, e os que registravam prazo excedido. Nessa amostragem, de 63 processos analisados, verificaram-se irregularidades em 13 processos, das quais decorrem as determinações e recomendações abaixo descritas.

A segunda lista, elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC mediante consulta ao sistema inFOR, em 14.06.2012, é decorrente de sorteio aleatório entre todos os processos da Unidade Judiciária, com fases e ritos processuais diferentes, e foi composta de 52 processos, dos quais foram solicitados para análise física 15 processos, abaixo relacionados.

- a) Processos com irregularidades, oriundos da listagem dos 621 processos sem movimentação, conforme a consulta feita pelo sistema inFOR:

0106400-52.2003.5.04.0016	0000289-97.2010.5.04.0016	0143100-17.2009.5.04.0016
0000773-15.2010.5.04.0016	0001320-21.2011.5.04.0016	0001160-30.2010.5.04.0016
0027700-57.2006.5.04.0016	0000752-05.2011.5.04.0016	0001348-86.2011.5.04.0016
0085700-65.1997.5.04.0016	0000781-55.2011.5.04.0016	0205400-50.1988.5.04.0016
0067100-83.2003.5.04.0016		

- **No processo abaixo relacionados, determina-se a atualização dos andamentos no sistema inFOR:**

0106400-52.2003.5.04.0016

- **Nos processos abaixo listados, determina-se que sejam tomadas as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito:**

0001320-21.2011.5.04.0016	0001160-30.2010.5.04.0016	0205400-50.1988.5.04.0016
0067100-83.2003.5.04.0016		

- **Nos processos abaixo relacionados, recomenda-se ao Diretor de Secretaria que indique o termo final do acordo no sistema informatizado:**

0085700-65.1997.5.04.0016	0000781-55.2011.5.04.0016
---------------------------	---------------------------



- Nos processos abaixo listados, determina-se que a Unidade Judiciária faça constar, nos andamentos do sistema inFOR, o número completo das demandas que ensejaram a suspensão do feito e o respectivo Juízo onde se processam, a fim de que os interessados possam facilmente acompanhar o andamento das ações.

0000289-97.2010.5.04.0016      0143100-17.2009.5.04.0016      0000773-15.2010.5.04.0016  
0027700-57.2006.5.04.0016      0000752-05.2011.5.04.0016      0001348-86.2011.5.04.0016

- b) Processos analisados fisicamente, a partir da listagem dos 51 processos aleatoriamente sorteados, e que apresentam irregularidades:

---

**Processo nº 0000727-26.2010.5.04.0016** – Não houve pronunciamento sobre os pressupostos do recurso; lapso de 30 dias entre a juntada de embargos declaratórios (fls. 1186-1194) e o despacho que determinou a conclusão para julgamento (fl. 1243); o recurso ordinário foi interposto em 10.06.2011 (fl. 1253), e o subsequente despacho foi proferido em 28.06.2011 (fl. 1263).

---

**Processo nº 0001350-56.2011.5.04.0016** – O processo foi distribuído em 03.11.2011, mas a audiência inicial foi designada para 13.02.2012; as credenciais da reclamada foram juntadas fora de ordem (contrato social juntado antes da carta de preposição – fls. 54-61).

---

**Processo nº 0000999-20.2010.5.04.0016** – O verso da ata de fl. 134 está em branco, sem aposição de carimbo ou traço diagonal; não houve pronunciamento sobre os pressupostos do recurso; as fls 188-190 estão com o verso em branco sem aposição de carimbo ou traço diagonal; o despacho proferido em 01.02.2012 (fl. 199) foi cumprido, parcialmente, em 16.02.2012 e 28.03.2012.

---

**Processo nº 0129900-21.2001.5.04.0016** – A petição de fls. 345-357 foi juntada em 28.01.2011, porém só houve despacho em 14.02.2011 (fl. 358); não houve pronunciamento sobre os pressupostos do recurso; o despacho de fl. 378, proferido em 16.03.2011, determinou a remessa dos autos ao TRT, o que só foi cumprido em 26.04.2011 (fl. 379-verso).

---

**Processo nº 0000226-72.2010.5.04.0016** – O despacho de fl. 338, proferido em 15.02.2011, determinou a intimação do reclamado, o que só foi cumprido em 15.03.2011 (fl. 339).

---

**Processo nº 0029300-16.2006.5.04.0016** – A determinação do despacho de fl. 366, proferido em 01.02.2011, foi cumprida em 21.02.2011 (368); foi determinado o bloqueio de valores mediante Bacen Jud (fl. 369), porém não houve cumprimento até a manifestação da reclamada em 04.04.2011 (fl. 370); o alvará de fl. 385 foi liberado em 14.07.2011, porém só houve intimação à parte para retirá-lo em 03.08.2011 (fl. 382), e o próximo impulso processual ocorreu apenas em 28.09.2011 (fl. 386); a determinação de expedição de ofício de fl. 395, de 07.02.2012, somente foi cumprida em 19.03.2012 (fl. 396).

---

**Processo nº 0103000-88.2007.5.04.0016** – O anverso da fl. 595 está em branco, sem aposição de carimbo ou traço diagonal; as fls. 596-598 estão com verso em branco, sem aposição de carimbo ou traço diagonal; não consta registro da devolução dos autos na carga de fl. 599-carmim; a certidão de fl. 604-verso tem espaço em branco.

---

**Processo nº 0147900-45.1996.5.04.0016** – O despacho de fl. 405, proferido em 16.02.2011, somente foi cumprido em 28.03.2011 (fl. 406); o despacho de fl. 428, proferido em 21.06.2011, foi cumprido apenas em 08.07.2011 (fl. 429); o despacho de fl. 433, proferido em 26.07.2011, foi cumprido em 18.08.2011 (fl. 434); o despacho de fl. 439, proferido em 01.09.2011, foi cumprido em 16.09.2011 (fl. 440).

---

**Processo nº 0000123-68.2010.5.04.0015** - Após a certidão atestando o insucesso do Bacen Jud em 01.04.2011 (fl. 221), o próximo impulso processual ocorreu somente em 25.04.2011 (fl. 222).

---



---

**Processo nº 0000008-73.2012.5.04.0016** – Os autos pendem de arquivamento desde 28.06.2012.

---

**Processo nº 0000493-10.2011.5.04.0016** – Na audiência de 09.06.2011, foi designada audiência de prosseguimento para 27.03.2012.

---

**Processo nº 0000502-69.2011.5.04.0016** - Na audiência de 16.06.2011 (fl. 12), foi designada audiência de prosseguimento para 28.03.2012; os documentos reduzidos de fls. 141-149 não se encontram numerados; a audiência de prosseguimento foi remarcada, em 28.03.2012 (fl. 215), para o dia 06.11.2012.

---

**Processo nº 0116300-20.2007.5.04.0016** – A petição de fl. 1.422 foi protocolada em 30.08.2011, houve o despacho em 16.09.2011 (fl. 1.445); a petição de fl. 1.454 foi protocolada em 30.09.2011, houve despacho apenas em 24.10.2011 (fl. 1.504), o qual foi cumprido em 10.11.2011 (fl. 1.505); a parte autora protocolou petição em 17.02.2012 (fl. 1.377), que foi apreciada mediante despacho apenas em 13.04.2012 (fl. 1.585); o verso da fl. 1.600 está em branco, sem oposição de carimbo ou traço diagonal; a petição protocolada em 02.07.2012 (fl. 1.638) não foi apreciada até a data de remessa dos autos à Corregedoria.

---

- c) Nos processos nº 0094200-37.2008.5.04.0016 e 0141600-13.2009.5.04.0016, solicitados para análise física, não se constataram irregularidades.

#### **4.1. Recomendações Específicas**

**Em face do exposto acima, atente a Secretaria para as seguintes recomendações:**

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;**
- b) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência prevista no art. 67 da CPCR;**
- c) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;**
- d) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);**
- e) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.**



## 5. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos

A partir da conferência dos processos examinados fisicamente, remetidos a esta Corregedoria, constata-se que a Unidade Judiciária não observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho sobre o pronunciamento expresso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

**Destarte, determina-se que haja pronunciamento expresso sobre os pressupostos de admissibilidade recursal quando do recebimento dos recursos ordinários e agravos de petição.**

## 6. Dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Com o advento da Lei nº 12.440/2011, de 7 de julho de 2011, foi instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), documento cuja apresentação passou a ser obrigatória pelos interessados em licitar com o Poder Público. A sua expedição pressupõe a existência de um banco de dados integrado de âmbito nacional.

Em face disso, a Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011, do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, instituiu o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). Para composição inicial desse banco de dados, houve enorme esforço desta Justiça Especializada em todo o país. No âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, foi determinada a suspensão dos prazos processuais, assim como do atendimento externo nas Unidades Judiciárias de primeiro grau, no período de 12 a 20.09.2011, com esse propósito, conforme o Provimento Conjunto nº 11, de 31 de agosto de 2011, o que foi cumprido pela Unidade Judiciária inspecionada.

Porém, tão importante quanto o trabalho já executado é a constante alimentação do BNDT com os dados atualizados, a fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT. Dessa forma, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

**Em face disso, recomenda-se, em relação aos lançamentos no BNDT, que a Unidade Judiciária:**

- a) **faça a imediata inclusão dos dados do devedor que, devidamente cientificado, descumprir obrigação de fazer ou não fazer, no prazo previsto em lei;**
- b) **antes de efetivar a ordem de inclusão do devedor no BNDT, em caso de execução por quantia certa, determine o bloqueio eletrônico de numerário por meio do sistema Bacen Jud, nos termos do art. 655, I, CPC;**



- c) feito o bloqueio eletrônico de numerário, registre no sistema, quando for o caso, a informação sobre a existência de garantia total da execução e, em caso negativo, o registro do débito junto ao BNDT;
- d) expeça periodicamente listagem de processos em fase de execução sem dívida registrada no BNDT, verificando se não é o caso de atualização das informações. Salienta-se que, na Vara do Trabalho inspecionada, há 322 processos nessa situação;
- e) efetue, com prioridade, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19 da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- f) efetue a devida anotação, no respectivo campo do sistema informatizado inFOR, quando há garantia da execução por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada, o que enseja a expedição de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;
- g) utilize os convênios disponibilizados à Unidade Judiciária para obtenção dos números de CNPJ e CPF dos executados com débitos pendentes, possibilitando a inclusão de seus dados no BNDT;
- h) atente para os casos de retorno dos autos pendentes de recursos na fase de execução das instâncias superiores para atualização dos dados do executado no cadastro do BNDT, se for o caso;
- i) atente para os casos em que a execução provisória passa a ser definitiva, procedimento que exige a inclusão dos dados no BNDT, observando-se no caso o disposto nos itens “a”, “b”, e “c” acima.

## 7. Convênios

Verifica-se que a Unidade Judiciária é diligente quanto ao uso dos principais convênios disponibilizados pelo TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG).

## 8. Recomendações Gerais

Recomenda-se que os juízes de primeiro grau atentem para as seguintes orientações.

- a) determinem, de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal ao credor, sempre que, após a liquidação da sentença, for apurado que o valor devido é inequivocamente superior ao do depósito, nos termos do art. 18, V, “e”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;



- b) ao expedir Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, em fase de execução definitiva ou provisória, levem em conta a dedução dos valores já depositados nos autos, em especial o depósito recursal, nos termos da Resolução nº 180, de 05 de março de 2012 do TST, que atualizou o texto da Instrução Normativa nº 3/1993, item II, letra “g”;
- c) sejam promovidas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, nos termos do art. 77, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho; e
- d) ao redirecionarem a execução, em observância ao art. 79 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, determinem a inclusão do novo executado no polo passivo da relação processual e a alteração dos registros correspondentes, bem como promovam a citação do novo executado, nos termos do art. 880 da CLT.

## 9. Recomendação Final

Recomenda-se que o Diretor de Secretaria dê imediata ciência a todos os servidores lotados na Unidade Judiciária dos provimentos e orientações expedidos por esta Corregedoria Regional, com ênfase a este Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para informação sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento das inconsistências detectadas.

## 10. Agradecimentos e Encerramento

Merece especial registro a cordialidade dispensada pelo Juiz Horismar Carvalho Dias, pela Juíza Substituta Lígia Maria Fialho Belmonte, pelo Diretor de Secretaria Luiz Eduardo de Freitas e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária à equipe responsável pela inspeção correcional, prestando importante colaboração para o seu bom encaminhamento. E, para os devidos fins, é por mim, Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório de Inspeção Correcional, que é assinado pela Corregedora Regional Cleusa Regina Halfen.

**CLEUSA REGINA HALFEN**  
Corregedora Regional